

VALORIZAÇÃO DOCENTE EM DISPUTA: FORMAÇÃO, CARREIRA E RACIONALIDADE NEOLIBERAL**TEACHER APPRECIATION IN DISPUTE: TRAINING, CAREER, AND NEOLIBERAL RATIONALITY****LA VALORACIÓN DEL PROFESORADO EN ENTREDICHO: FORMACIÓN, CARRERA PROFESIONAL Y RACIONALIDAD NEOLIBERAL**

10.56238/revgeov17n4-044

Andréa King de Abreu Yamaguchi

Mestre em Educação

Instituição: Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

E-mail: andyamaguchi@gmail.com

Orcid: 0000-0002-5297-8794

Mariana Moraes Camacho Reis

Mestre em Educação

Instituição: Universidade Federal Fluminense (UFF)

E-mail: moraesm378@gmail.com

Orcid: 0009-0008-7379-4020

RESUMO

O presente artigo analisa a valorização da formação docente como um campo de disputa entre distintos projetos educacionais, tomando como referência empírica o plano de carreira da Rede Municipal de Educação de Niterói (RJ), à luz da dissertação de Yamaguchi (2024). Parte-se do pressuposto de que a valorização docente constitui uma construção histórica, política e contraditória, atravessada por tensões entre a concepção da educação como direito social e sua crescente subordinação à racionalidade neoliberal (LAVAL, 2004; FREITAS, 2018). Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa de natureza documental e analítica, fundamentada na interpretação de dispositivos legais e normativos, bem como nos dados produzidos na referida dissertação (MINAYO, 2007; YAMAGUCHI, 2024). O referencial teórico apoia-se em autores do campo crítico que compreendem a formação docente como processo social e historicamente situado (SAVIANI, 2013; FREITAS, 2007). Os resultados indicam que, embora existam avanços institucionais na valorização da formação docente, estes são reconfigurados por mecanismos de regulação e controle que tensionam seu potencial emancipatório, especialmente em contextos marcados por lógicas gerenciais e neoliberais (LAVAL, 2004). Conclui-se que a valorização docente se configura como um campo de disputa no qual coexistem projetos educacionais antagônicos.

Palavras-chave: Valorização Docente. Formação de Professores. Carreira Docente. Políticas Educacionais. Neoliberalismo.



ABSTRACT

This article analyzes the valorization of teacher education as a field of dispute between different educational projects, taking as its empirical reference the career plan of the Municipal Education Network of Niterói (RJ), based on the dissertation by Yamaguchi (2024). It is grounded on the assumption that teacher valorization is a historical, political, and contradictory construction, shaped by tensions between the conception of education as a social right and its increasing subordination to neoliberal rationality (Laval, 2004; Freitas, 2018). Methodologically, this is a qualitative study of a documentary and analytical nature, based on the interpretation of legal and normative documents, as well as data produced in the aforementioned dissertation (Minayo, 2007; Yamaguchi, 2024). The theoretical framework draws on critical scholars who understand teacher education as a socially situated and historically constructed process (Saviani, 2013; Freitas, 2007). The results indicate that, although there are institutional advances in the valorization of teacher education, these are reconfigured by mechanisms of regulation and control that challenge their emancipatory potential, particularly in contexts influenced by managerial and neoliberal logics (Laval, 2004). It is concluded that teacher valorization constitutes a field of dispute in which antagonistic educational projects coexist.

Keywords: Teacher Valorization. Teacher Education. Teaching Career. Educational Policies. Neoliberalism.

RESUMEN

This article analyzes the valuation of teacher training as a field of dispute between different educational projects, taking as an empirical reference the career plan of the Municipal Education Network of Niterói (RJ), in light of Yamaguchi's dissertation (2024). It starts from the premise that the valuation of teachers constitutes a historical, political, and contradictory construction, traversed by tensions between the conception of education as a social right and its increasing subordination to neoliberal rationality (LAVAL, 2004; FREITAS, 2018). Methodologically, this is a qualitative research of a documentary and analytical nature, based on the interpretation of legal and normative provisions, as well as on the data produced in the aforementioned dissertation (MINAYO, 2007; YAMAGUCHI, 2024). The theoretical framework is based on authors from the critical field who understand teacher training as a social and historically situated process (SAVIANI, 2013; FREITAS, 2007). The results indicate that, although there are institutional advances in valuing teacher training, these are reconfigured by regulatory and control mechanisms that strain their emancipatory potential, especially in contexts marked by managerial and neoliberal logics (LAVAL, 2004). It is concluded that teacher valuation is configured as a field of dispute in which antagonistic educational projects coexist.

Keywords: Teacher Valuation. Teacher Training. Teaching Career. Educational Policies. Neoliberalism.



1 INTRODUÇÃO

A valorização docente ocupa lugar central nas políticas educacionais brasileiras, sendo reiteradamente afirmada em marcos legais e diretrizes nacionais como condição para a garantia do direito à educação (BRASIL, 1996). Contudo, longe de constituir um conceito consensual, essa noção configura-se como um campo atravessado por disputas teóricas, políticas e econômicas, no qual se confrontam distintos projetos de sociedade e de educação (FREITAS, 2018).

Nesse contexto, a formação de professores assume papel estratégico, sendo frequentemente apresentada como eixo estruturante da valorização profissional. Entretanto, sua centralidade não implica uniformidade de sentidos. Ao contrário, a formação é apropriada por diferentes racionalidades, ora compreendida como processo crítico e coletivo, ora reduzida a instrumento de adequação às demandas do mercado (LAVAL, 2004).

Apesar da relevância do tema, observa-se uma lacuna na literatura no que se refere à análise das mediações concretas por meio das quais essas disputas se materializam nas políticas educacionais locais. É nesse sentido que o presente artigo se propõe a examinar a valorização da formação docente como campo de disputa, tomando como referência o plano de carreira da Rede Municipal de Educação de Niterói, à luz dos dados produzidos na dissertação de Yamaguchi (2024).

Assim, busca-se compreender de que maneira esse processo de valorização docente, particularmente no que se refere à formação, é tensionada por diferentes projetos educacionais, evidenciando as contradições que atravessam sua materialização nas políticas públicas.

2 EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO E RACIONALIDADE NEOLIBERAL

A compreensão da valorização docente no cenário contemporâneo exige sua inserção no contexto mais amplo de reconfiguração das políticas educacionais sob a influência da racionalidade neoliberal. Conforme argumenta Laval (2004), a educação vem sendo progressivamente redefinida a partir da lógica do capital humano, na qual a escola passa a ser concebida como espaço de produção de competências voltadas à empregabilidade e à competitividade.

Nesse processo, essa formação docente sofre deslocamentos significativos em seu sentido. De um lado, consolida-se uma perspectiva que a reduz a um conjunto de competências técnicas e instrumentais, orientadas por indicadores de desempenho e resultados (FREITAS, 2007). De outro, enfraquece-se sua dimensão crítica, histórica e social, essencial à compreensão do papel da educação na formação humana (SAVIANI, 2013).

As reformas educacionais implementadas nas últimas décadas no Brasil aprofundam esse movimento, especialmente com a centralidade atribuída à Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017), que reforça a pedagogia das competências e a padronização curricular (FREITAS, 2018).



Além disso, observa-se a expansão de modelos de formação continuada baseados em treinamentos e certificações, frequentemente desvinculados de processos coletivos de reflexão docente (FREITAS, 2007). Tal dinâmica contribui para a responsabilização individual dos professores, deslocando o foco das condições estruturais de trabalho para o seu próprio desempenho (LAVAL, 2004).

3 A VALORIZAÇÃO DOCENTE EM NITERÓI

A análise do plano de carreira da Rede Municipal de Educação de Niterói revela avanços importantes no que se refere à valorização da formação docente, especialmente ao estabelecer a titulação como critério para progressão funcional, em consonância com a legislação educacional brasileira (BRASIL, 1996).

O Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos instituído pela Lei nº 2.866/2013 representa um marco relevante ao ampliar os incentivos à formação inicial e continuada, associando a titulação à progressão salarial (NITERÓI, 2013).

Entretanto, a análise evidencia que esses avanços são atravessados por mediações que reconfiguram o sentido da valorização docente. Conforme aponta Yamaguchi (2024), alterações posteriores introduziram condicionantes ao reconhecimento da titulação, como a exigência de cumprimento do estágio probatório.

Essa mudança transforma a valorização em um processo regulado, dependente de critérios institucionais, o que evidencia a presença de mecanismos de controle sobre a carreira docente (FREITAS, 2018).

Além disso, a valorização da formação docente está diretamente relacionada a questões orçamentárias, uma vez que o incentivo à titulação implica aumento de despesas com pessoal (YAMAGUCHI, 2024), inserindo a política educacional em uma lógica de gestão fiscal que tensiona a ampliação de direitos (LAVAL, 2004).

4 VALORIZAÇÃO DOCENTE COMO CAMPO DE DISPUTA

Esse processo configura-se, no contexto das políticas educacionais contemporâneas, como um campo de disputa no qual se confrontam diferentes racionalidades e projetos de educação (FREITAS, 2018). Longe de constituir uma política homogênea ou linear, sua materialização ocorre por meio de tensões que expressam contradições estruturais mais amplas da sociedade.

De um lado, inscreve-se a concepção da educação como direito social, que compreende a valorização docente como dimensão indissociável de um projeto educacional comprometido com a formação crítica, com a democratização do conhecimento e com a garantia de condições dignas de trabalho (ANFOPE, 2018). Nessa perspectiva, a formação docente não se reduz a um requisito técnico,



mas se constitui como processo contínuo, coletivo e historicamente situado, articulado à prática pedagógica e à função social da escola.

De outro lado, observa-se a crescente incorporação de princípios associados à racionalidade neoliberal, que reconfiguram o sentido da valorização docente ao introduzirem mecanismos de regulação, avaliação e controle (LAVAL, 2004). Nesse contexto, esse processo formativo passa a ser progressivamente instrumentalizada, assumindo um caráter funcional, orientado por competências, desempenho e produtividade, o que contribui para a individualização das trajetórias profissionais e para a responsabilização dos docentes pelos resultados educacionais (FREITAS, 2007).

A análise do plano de carreira de Niterói evidencia de forma concreta essa tensão. Conforme apontado por Yamaguchi (2024), embora haja o reconhecimento institucional da importância da formação docente, materializado na progressão por titulação, tal reconhecimento é atravessado por condicionantes que regulam seu acesso e sua efetivação. A exigência de cumprimento do estágio probatório, por exemplo, desloca o reconhecimento profissional de um direito imediato para uma conquista condicionada, mediada por critérios institucionais.

Essa dinâmica revela que o processo de valorização, ao mesmo tempo em que se afirma como princípio nas políticas educacionais, é também objeto de disputas que redefinem seus sentidos e seus alcances. Assim, o que está em jogo não é apenas a ampliação de direitos, mas a própria definição do que se entende por reconhecimento profissional, evidenciando a coexistência de projetos educacionais antagônicos no interior das políticas públicas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida neste artigo permite afirmar que tal processo, no contexto da Rede Municipal de Educação de Niterói, não pode ser compreendida de forma homogênea ou linear, mas como expressão de um campo de disputas atravessado por diferentes racionalidades (FREITAS, 2018).

Os resultados evidenciam que, embora haja progressos institucionais significativos, especialmente no que se refere ao reconhecimento da formação como critério de progressão na carreira, tais avanços são tensionados por mecanismos de regulação que condicionam sua efetivação. Esse processo revela a presença de uma racionalidade que, ao mesmo tempo em que incorpora a linguagem da valorização, reconfigura seus sentidos, aproximando-a de uma lógica de controle e responsabilização individual (LAVAL, 2004).

Nesse cenário, a formação assume um papel ambíguo. Se, por um lado, permanece como elemento central na construção da valorização profissional, por outro, é progressivamente capturada por dispositivos que a subordinam a critérios de desempenho e produtividade, o que fragiliza sua dimensão crítica e coletiva (FREITAS, 2007). Tal movimento tensiona a compreensão da formação como direito e a aproxima de uma lógica de investimento individual.



Diante disso, reafirma-se a necessidade de políticas públicas que compreendam a valorização dos professores em sua dimensão estrutural, articulando formação, carreira, condições de trabalho e reconhecimento social da profissão (SAVIANI, 2013 e ANFOPE, 2018). Mais do que ampliar mecanismos de certificação ou progressão, trata-se de construir políticas que fortaleçam o caráter coletivo da docência e que resistam às tendências de individualização e instrumentalização presentes no cenário contemporâneo.

Por fim, este estudo contribui para o debate ao evidenciar que o reconhecimento profissional não se esgota em sua formulação normativa, sendo fundamental analisar as mediações concretas que atravessam sua implementação. Nesse sentido, compreender essas políticas como campo de disputa permite ampliar o olhar sobre esse, destacando suas contradições e seus limites, mas também suas possibilidades de resistência e transformação.



REFERÊNCIAS

ANFOPE. Documento Final do XIX Encontro Nacional da ANFOPE. Niterói, 10 ago. 2018. Disponível em: <https://www.anfope.org.br/wp-content/uploads/2018/11/XIX-Encontro-2018.pdf>. Acesso em: 16 set. 2023.

FREITAS, Luiz Carlos de. A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

FREITAS, Luiz Carlos de. Qualidade da educação: entre a lógica do mercado e a lógica social. Campinas: Autores Associados, 2007.

LAVAL, Christian. A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público. Londrina: Planta, 2004.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 10. ed. São Paulo: Hucitec, 2007.

NITERÓI (RJ). Lei nº 2.866, de 23 de julho de 2013. Dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos dos profissionais da educação da rede municipal de Niterói. Niterói: Prefeitura Municipal, 2013.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Brasília: MEC, 2017.

SAVIANI, Dermeval. História das ideias pedagógicas no Brasil. 4. ed. Campinas: Autores Associados, 2013.

YAMAGUCHI, Andréa King de Abreu. Valorização docente e formação continuada: o plano de carreira da Rede Municipal de Educação de Niterói. 2024. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2024.

